

Direito Administrativo

Reta Final Exame XXXI

#TOP 6

Os assuntos mais cobrados pela FGV

Prof^a. Flavia Caroline

 @fcarolamorim

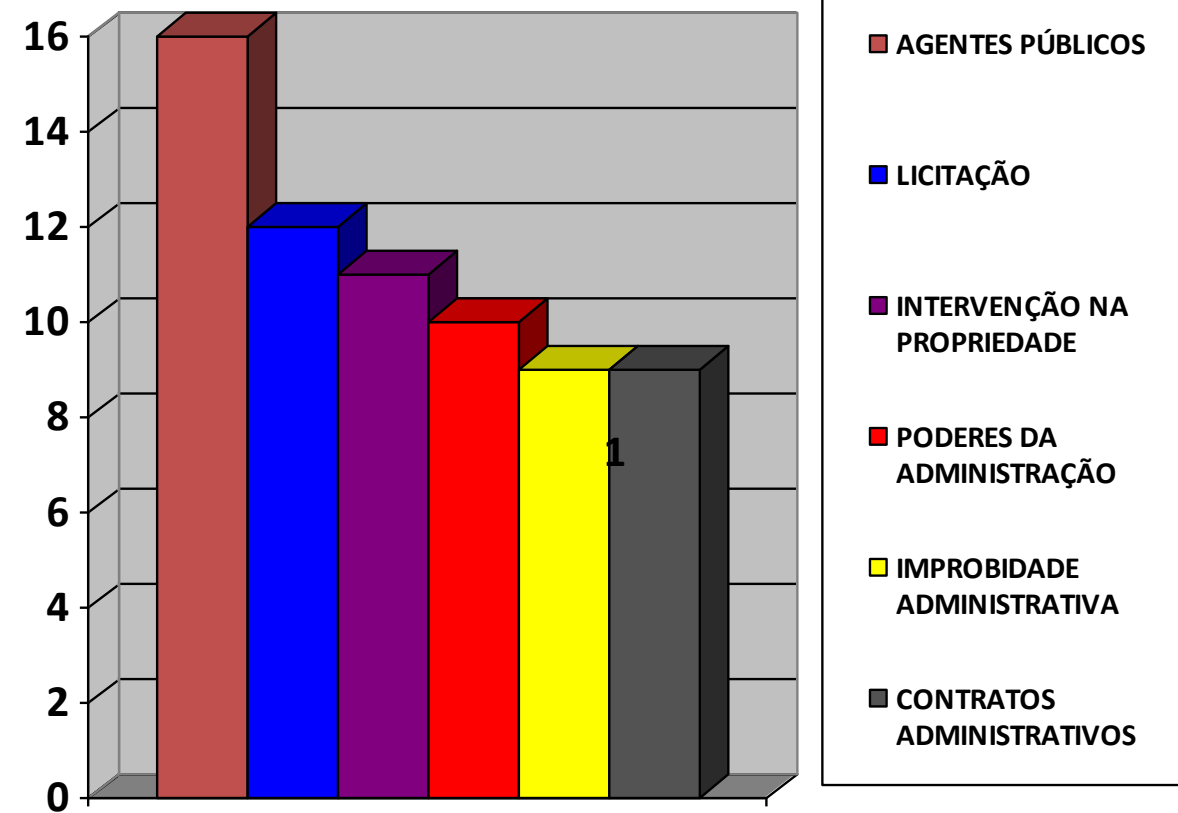


TOP 6 – DIREITO ADMINISTRATIVO

Estatísticas dos últimos Exames OAB

Assuntos mais cobrados na 1ª Fase:

- 16 vezes – **AGENTES PÚBLICOS**
- 12 vezes – **LICITAÇÃO**
- 11 vezes – **INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE**
- 10 vezes – **PODERES DA ADMINISTRAÇÃO**
- 09 vezes – **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**
- 09 vezes – **CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**




AGENTES PÚBLICOS

ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E Lei 8.112/90

AGENTES PÚBLICOS

Aspectos Constitucionais

- * Teto Remuneratório (art. 37, XI c/c §12 da CF)
- * Acumulação de cargos e empregos públicos (art. 37, XVI e XVII da CF)
- * Acumulação de cargos com mandato eletivo (Art. 38 da CF)
- * Greve do servidor público (art. 37, VII da CF)

A large, irregular blue ink splatter or watercolor blotch is centered on a white background. The splatter has a textured, grainy appearance with various shades of blue and some darker spots. The text is overlaid on the central part of this splatter.

Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União

Lei 8.112/90

Regime disciplinar

Das Penalidades ⇒ art. 127 a 142 RJU

O art.127 do RJU prever as seguintes penalidades disciplinares:

- ▶ advertência
- ▶ suspensão
- ▶ Demissão
- ▶ cassação de aposentadoria e disponibilidade
- ▶ destituição de cargo em comissão ou função comissionada

PENALIDADES 8112/90

Advertência
(por escrito nos casos abaixo:)

- Coagir ou aliciar pra filiação sindical ou partidária
- Ausentar sem autorização
- Retirar doc ou objeto
- recusar fé à doc
- opor resistência ao andamento de processo
- apreço ou despreço
- Cometer à pessoa estranha atribuição
- Manter sob chefia imediata conjugue, parente até 2º grau...

Suspensão

Nos casos de reincidência nas faltas punidas com advertência

Nos casos que não tipifiquem falta punida com demissão

15 dias para servidor que se recusar a Inspeção médica

Pode ser convertida em multa de 50% da remuneração diária

Demissão
(Serão cassadas a aposentadoria ou a disponibilidade de inativo)

- Por crime contra a Adm Pública
- Abandono de Emprego
- Inassiduidade Habitual
- Improbidade Administrativa

Regime disciplinar

Não poderá retornar ao Serviço Público Federal, o agente que cometer as seguintes faltas:

- ▶ Crime contra Administração Pública;
- ▶ Improbidade administrativa
- ▶ Aplicação irregular de dinheiros públicos;
- ▶ Lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;
- ▶ Corrupção

Penalidade	Irregularidades	Prescrição	Prazo para cancelamento do registro	Procedimento Necessário	Prazo para término do procedimento
Advertência	Art. 117, I ao VIII e XIX	180 dias	3 anos	Sindicância	30 dias
Suspensão conversível em multa (50% sobre R ou V)	Art. 117, XVII e XVIII. Ob: Negar-se a exame médico determinado – suspensão especial de até 15 dias	2 anos	5 anos	• Sindicância: -Até 30 dias	30 dias + 30 dias
				• P.A.D: -De 31 a 90 dias	60 dias + 60 dias
Demissão	Art. 117, IX ao XVI e 132	5 anos	—	• Rito Sumário: -Acúmulo de cargos; -Abandono de cargos; -Inassiduidade habitual	30 dias + 15 dias
				• P.A.D: -Demais casos	60 dias + 60 dias

Sávio, servidor público federal, frustrado com a ineficiência da repartição em que trabalha, passou a faltar ao serviço. A Administração Pública, após constatar que Sávio acumulou sessenta dias de ausência nos últimos doze meses, instaurou processo administrativo disciplinar para apurar a conduta do referido servidor. Tendo como premissa esse caso concreto, assinale a afirmativa correta.

- A)** O processo administrativo disciplinar será submetido a um procedimento sumário, mais simples e célere, composto pelas fases da instauração, da instrução sumária - que compreende a indicição, a defesa e o relatório - e do julgamento.
- B)** A inassiduidade habitual configura hipótese de demissão do serviço público, ficando Sávio impedido de nova investidura em cargo público federal pelo prazo de cinco anos, a contar do julgamento.
- C)** Na hipótese de ser imputada a pena de demissão a Sávio, é lícito à Administração Pública exigir depósito de dinheiro como requisito de admissibilidade do recurso administrativo, até mesmo como forma de ressarcir os custos adicionais que o poder público terá com o processamento do apelo.
- D)** A falta de advogado constituído por Sávio no processo administrativo é causa de nulidade, tendo em vista que a ausência de defesa técnica prejudica o exercício da ampla defesa por parte do servidor arrolado.

DICA IMPORTANTE:

Súmula Vinculante de nº 5:

“A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição”.

SÚMULA VINCULANTE N. 21: É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

Vamos analisar as alternativas:

A) **CORRETA**. (procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por dois servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II - instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; III – julgamento (art. 133 da lei n.8.112/90);

B) **INCORRETA**. **Art. 137**. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do **art. 117**, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; ou

XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro (**art. 137 da Lei n. 8.112/90**)

C) **INCORRETA**. (**Art. 56 § 2º da Lei 9.784/99** - Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução)

D) **INCORRETA**. (**Sumúla Vinculante n. 5** : A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição).

Maria foi aprovada em concurso para o cargo de analista judiciário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, mas, após ter adquirido a estabilidade, foi demitida sem a observância das normas relativas ao processo administrativo disciplinar.

Em razão disso, Maria ajuizou ação anulatória do ato demissional, na qual obteve êxito por meio de decisão jurisdicional transitada em julgado. Nesse interregno, contudo, Alfredo, também regularmente aprovado em concurso e estável, foi promovido e passou a ocupar o cargo que era de Maria.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

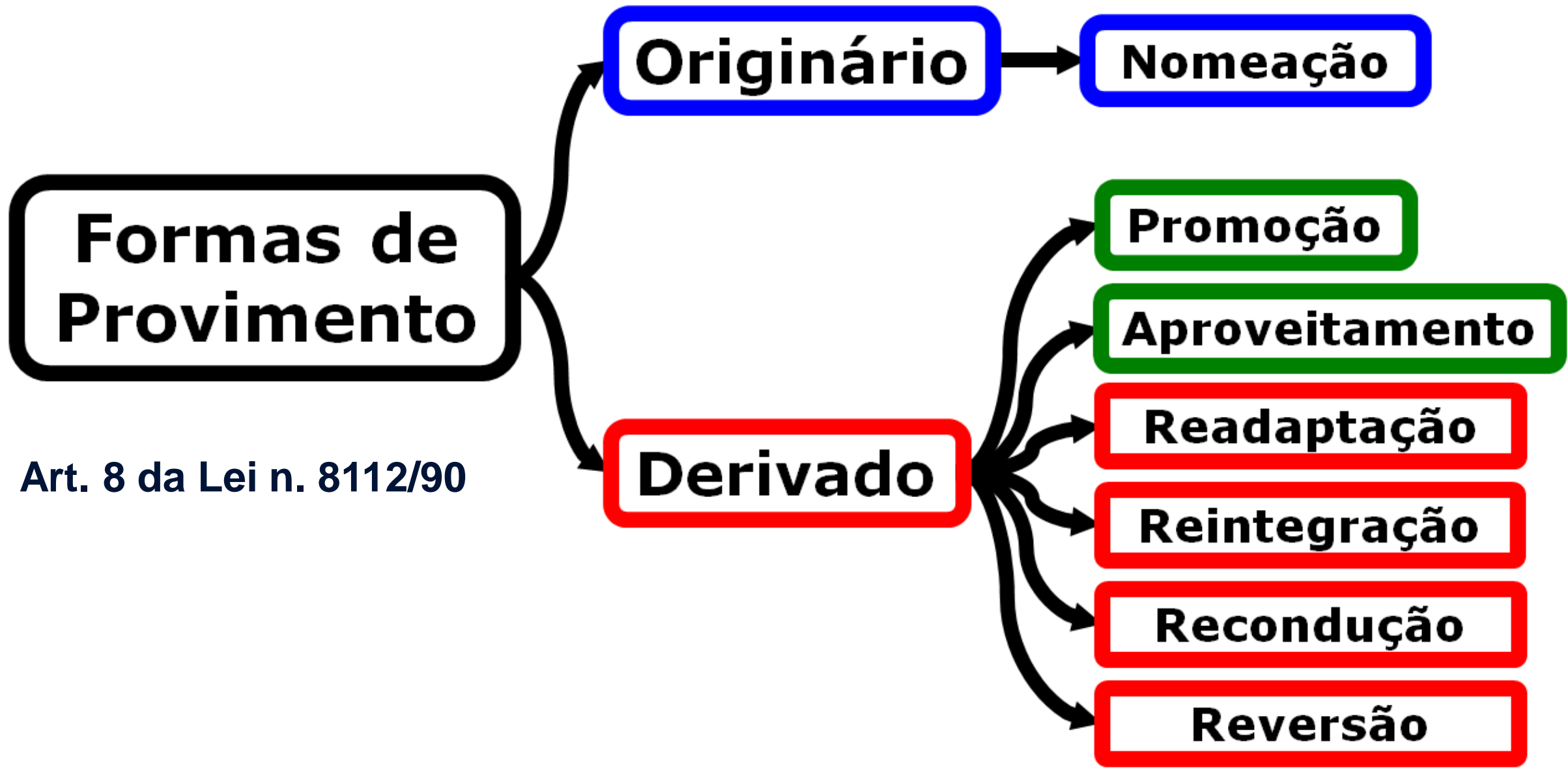
- A) A invalidação do ato demissional de Maria não poderá importar na sua reintegração ao cargo anterior, considerando que está ocupado por Alfredo.
- B) Maria, em razão de ter adquirido a estabilidade, independentemente da existência e necessidade do cargo que ocupava, deverá ser posta em disponibilidade.
- C) Maria deverá ser readaptada em cargo superior ao que ocupava anteriormente, diante da ilicitude de seu ato demissional.
- D) Em decorrência da invalidade do ato demissional, Maria deve ser reintegrada ao cargo que ocupava e Alfredo deverá ser reconduzido para o cargo de origem.**

Reintegração: é o retorno do servidor ilegalmente desligado de seu cargo ao mesmo, que dantes ocupava, ou, não sendo possível, ao seu sucedâneo ou equivalente, com integral reparação dos prejuízos que lhe advieram do ato ilegal que o atingira. Tal decisão pode ser administrativa ou judicial – RJU, art. 28

O eventual ocupante do cargo objeto de reintegração, irá retornar para o seu cargo de origem, somente se ele estiver vago (recondução).

Se o cargo estiver preenchido:

- 1. poderá ser aproveitado em cargo com atribuições semelhantes se houver;**
- 2. não havendo cargo vago, será colocado em disponibilidade.**



Formas de Provimento

Art. 8 da Lei n. 8112/90

Desde 1980, Jorge é docente em determinada universidade federal, ocupando o cargo efetivo de professor titular na Faculdade de Direito. No início do ano 2000, foi designado para ocupar a chefia de patrimônio da mesma instituição de ensino, cargo comissionado que exerce cumulativamente com o de professor. Mesmo tendo cumprido os requisitos para a aposentadoria voluntária do cargo efetivo, decide permanecer em atividade, até atingir a idade-limite para a aposentadoria compulsória.

Com base na situação narrada, assinale a afirmativa correta.

A) A aposentadoria compulsória, que ocorrerá aos 70 (setenta) anos de idade, só atingirá o cargo de professor. Neste caso, inexistindo impedimentos infraconstitucionais, Jorge poderá continuar exercendo a chefia de patrimônio.

B) A aposentadoria compulsória, que ocorrerá aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, só atingirá o cargo de professor. Neste caso, inexistindo impedimentos infraconstitucionais, Jorge poderá continuar exercendo a chefia de patrimônio.

C) Não cabe ao Tribunal de Contas da União apreciar, para fins de registro, a legalidade da(s) aposentadoria(s) compulsória(s) concedida(s), tendo em vista que a atribuição constitucional somente diz respeito às aposentadorias voluntárias ou por invalidez permanente.

D) Cabe ao Tribunal de Contas da União apreciar, para fins de registro, a legalidade das admissões de pessoal, tanto as que envolvem provimento de cargo efetivo quanto as que dizem respeito a provimento de cargo em comissão.

A) **INCORRETA.** Essa alternativa está incorreta por não ter levado em consideração o novo limite de 75 (setenta e cinco anos de idade) válido para todos aqueles que alcançados pelo art. 40, §1º, II da CF, alterado pela EC n. 88/2015 que por sua vez foi regulamentado pela Lei Complementar nº 152/2015.

B) **CORRETA.** Conforme entendimento do STF (com efeito de repercussão geral), ressalvados impedimentos de ordem infraconstitucional, inexistente óbice constitucional a que o servidor efetivo aposentado compulsoriamente permaneça no cargo comissionado que já desempenhava ou a que seja nomeado em outro cargo de livre nomeação e exoneração, uma vez que não se trata de continuidade ou criação de vínculo efetivo com a Administração;

C) **INCORRETA.** Segundo o art. 71, III da CF/88, trata-se da competência do TCU **apreciar, para fins de registro**, a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

D) **INCORRETA.** Nos termos do art. 71, III da CF/88, **NÃO** cabe ao TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade das admissões de pessoal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.

Licitações

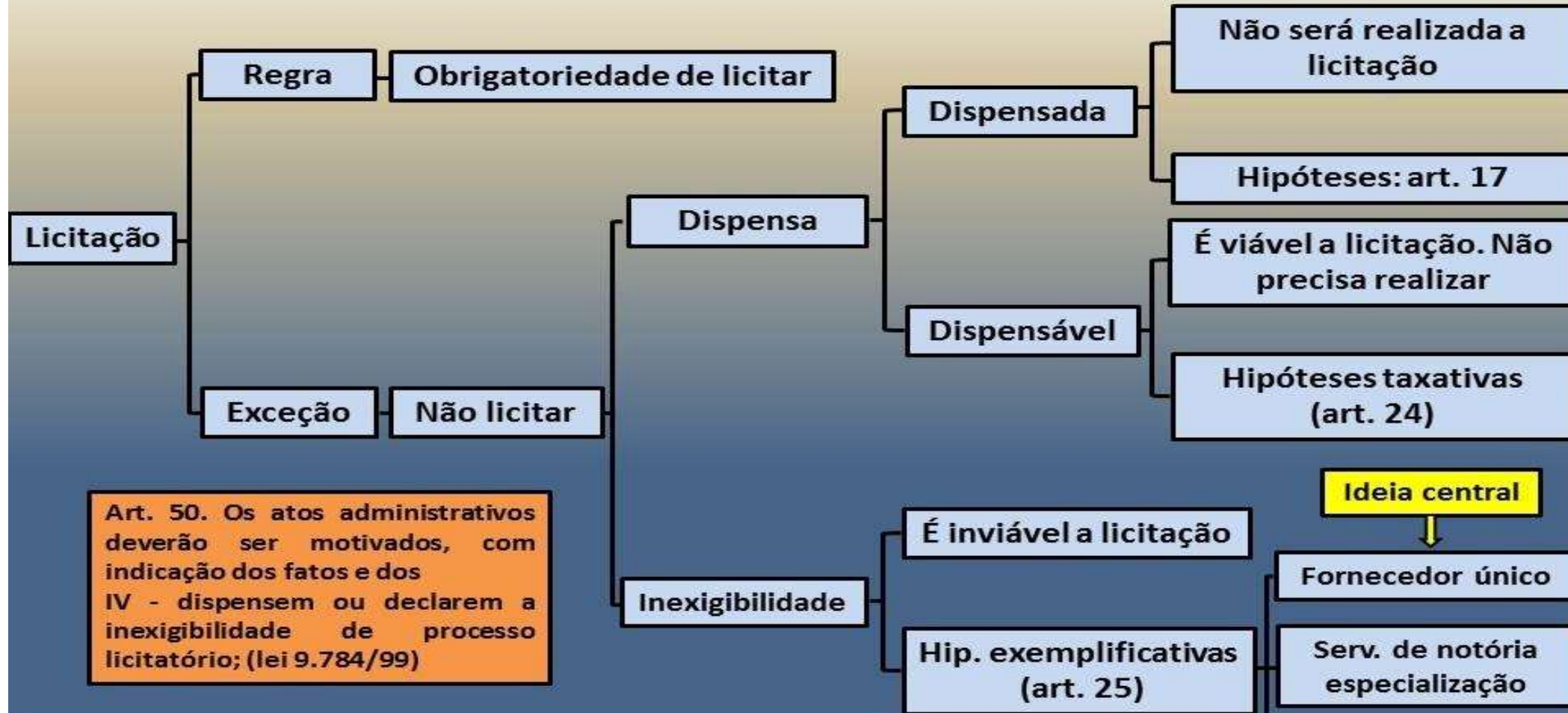
Procedimento Administrativo mediante o qual a Administração seleciona melhor proposta para contrato de seu interesse.

Lei nº. 8.666/93; Lei 10.520/2002; Lei nº. 12.462/2011 e Lei 13.303/2016

Modalidades de Licitação

1. **Concorrência** (*art. 21, § 1º, da Lei 8666*)
2. **Tomada de preços** (*art. 21, § 2º, da Lei 8666*)
3. **Convite** (*art. 21, § 3º, da Lei 8666*)
4. **Concurso** (*art. 21, § 4º, da Lei 8666*)
5. **Leilão** (*art. 21, § 5º, da Lei 8666*)
6. **Pregão** (*Lei 10.520/2002*)
7. **Consulta** (*Agências reguladoras – Lei 9.986/2000*)
8. **Regime Diferenciado de Contratações** (*RDC – Lei 12.462/2011*)

Dispensa e inexigibilidade de licitação – lei 8.666/93



Com a finalidade de contratar obras públicas relacionadas à melhoria da mobilidade urbana, o Estado X optou pela adoção do Regime Diferenciado de Contratação. Após a abertura das propostas, constatou-se que houve empate entre as sociedades Ômega S/A e Gama S/A, duas grandes empresas que atuam no setor de referência, sendo, a primeira, empresa brasileira e, a segunda, sociedade estrangeira com sede no Brasil. Considerando a ordem de critérios de desempate estabelecida na legislação específica, assinale a afirmativa correta.

- A) O Estado X deverá, de plano, proceder a sorteio para promover o desempate.
- B) A preferência por serviços realizados por empresa brasileira, em nenhum momento poderá ser utilizada como critério de desempate.
- C) As sociedades deverão ser consideradas vencedoras e ratear, igualmente, o objeto do contrato, mediante a constituição de consórcio.
- D) Os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo à classificação.

- "Art. 25. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- I - disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada em ato contínuo à classificação;
- II - a avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;
- III - os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 8.248/1991 (se dará preferência, **nas aquisições de bens e serviços de informática e automação**, observada a seguinte ordem, a: I - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; II - bens e serviços produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma a ser definida pelo Poder Executivo) e no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993 (Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços: II - produzidos no País; III - produzidos ou prestados por empresas brasileiras; V - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; V - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação); e
- IV - sorteio.
- Parágrafo único. As regras previstas no caput deste artigo não prejudicam a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006."

Lembrando que se trata de um rol taxativo.
Vamos as alternativas:

A) **INCORRETA**. O Estado só poderá utilizar o sorteio em último caso. (art. 25, IV da lei 12.462/2011);

B) **INCORRETA**. A preferência por serviços realizados por empresa brasileira, pode ser utilizado como terceiro critério de desempate. (art. 25, III da Lei 12.462/2011 c/c §2º, do art. 3º da Lei 8.666/93)

C) **INCORRETA**. As sociedades deverão ser consideradas vencedoras e ratear, igualmente, o objeto do contrato, mediante a constituição de consórcio. **Não há na lei do RDC essa solução no caso de empate.**

D) **CORRETA**. O primeiro critério a ser utilizado é a solicitação de nova proposta fechada dos licitantes empatados. (art. 25, I da Lei 12.462/2011).

A Administração Federal irá realizar sucessivos contratos de compra de produtos de papelaria, de uso contínuo nos órgãos para os quais os bens estão destinados. Para tanto, pretende fazer uso dos mecanismos legais que melhor atendam ao princípio da eficiência.

No caso, acerca da modalidade de licitação a ser adotada, assinale a afirmativa correta.

- A) É cabível a utilização do regime diferenciado de contratações públicas (RDC).
- B) Deverá ser utilizada a modalidade leilão para cada uma das compras a contratar.
- C) É possível o processamento das compras pelo sistema de registro de preços, mediante a utilização da modalidade pregão.
- D) É obrigatória a utilização da modalidade convite, independentemente do valor orçado.

o Sistema de Registro de Preços é formado por um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para **contratações futuras. Regulamentado pelo Decreto n. 7892/2013.**

O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

- I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
- IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de **concorrência, do tipo menor preço**, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de **pregão**, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

REGIME DIFERENCIADO DE COMPRAS

- **Conceitos:**

Aplicação originária: exclusivamente ao rol de licitações e contratos relativos aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, a Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol Associação – FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, constantes da Carteira de Projetos Olímpicos e da Matriz de Responsabilidade da Copa acordada entre Municípios, Estados e a União.

Atualmente: extensão as obras do **PAC**, por meio da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012 – art. 28.

REGIME DIFERENCIADO DE COMPRAS

Atualmente:

- IV - das ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)
- V - das obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
- VI - das obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma e administração de estabelecimentos penais e de unidades de atendimento socioeducativo; [link](#)
- **VII - das ações no âmbito da segurança pública;**
- **VIII - das obras e serviços de engenharia, relacionadas a melhorias na mobilidade urbana ou ampliação de infraestrutura logística; e**
- **IX - dos contratos de locação de bens móveis e imóveis.**
- **X - das ações em órgãos e entidades dedicados à ciência, à tecnologia e à inovação.**

Aspectos inovadores

a) Oferecer a Administração Pública uma modalidade de contratação mais **célere**, reduzindo os riscos quanto à qualidade e aos custos do objeto contratado e que eleva a capacidade de acompanhamento dos órgãos de controle interno e externo.

Nesse novo regime os riscos serão compartilhados com o contratado.

Após celebrar contrato de gestão com uma organização social, a União pretende celebrar, com a mesma organização, contrato de prestação de serviços para a realização de atividades contempladas no contrato de gestão. Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- A) É obrigatória a realização de licitação para a celebração do contrato de prestação de serviços.
- B) É dispensável a realização de licitação para a celebração do contrato de prestação de serviços.
- C) É inexigível a realização de licitação para a celebração do contrato de prestação de serviços.
- D) Não é possível celebrar contrato de prestação de serviços com entidade qualificada como organização social.

- a) No caso, o art. 24, XXIV da Lei 8.666/93, dispõe que é **dispensável** a licitação para a celebração de contratos de prestação de serviços **com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.**
- b) CORRETA - Como visto, a licitação no caso é dispensável.
- c) INCORRETA - Conforme a Lei 8.666, art. 25 a licitação é inexigível **quando houver inviabilidade de competição.** No caso, em tese haveria possibilidade de competição.
- d) INCORRETA - Como visto, é sim possível a contratação.

Lembrem que os casos de contratação direta (inexigibilidade ou dispensa), em regra, devem ser expressamente motivada, nos termos do art. 26 da Lei 8.666, com apontamento das causas que levaram a Administração a não realizar.

Diante das chuvas torrenciais que destruíram o telhado do prédio de uma Secretaria de Estado, o administrador entende presentes as condições para a dispensa de licitação com fundamento no Art.24, IV, da Lei nº 8.666/1993 (contratação direta quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares). Submete, então, à Assessoria Jurídica a indagação sobre a possibilidade de contratação de empresa de construção civil de renome nacional para a reconstrução da estrutura afetada do edifício. Sobre as hipóteses de contratação direta, assinale a afirmativa correta

- A) As hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação não exigem justificativa de preço, porque são casos em que a própria legislação entende inconveniente ou inviável a competição pelas melhores condições de contratação
- B) A dispensa de licitação, assim como a de inexigibilidade, não prescinde de justificativa de preço, uma vez que a autorização legal para não licitar não significa possibilidade de contratação por preços superiores aos praticados no mercado.
- C) Apenas as hipóteses de dispensa de licitação (e não as situações de inexigibilidade) exigem justificativa de preço, até porque a inexigibilidade significa que somente uma pessoa pode ser contratada, o que afasta possibilidade de discussão quanto ao preço.
- D) A dispensa de licitação não exige justificativa de preço, pois a própria lei prevê, taxativamente, que não se faça licitação nas hipóteses elencadas; na inexigibilidade, a justificativa de preço é inafastável, diante do caráter exemplificativo do Art.25 da Lei.

Art. 26. As **dispensas** previstas nos **§§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24**, as situações de **inexigibilidade** referidas no **art. 25**, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8o desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

Parágrafo único. O **processo de dispensa, de inexigibilidade** ou de retardamento, previsto neste artigo, **será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:**

- I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;
- II - razão da escolha do fornecedor ou executante;
- III - justificativa do preço.**
- IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados."

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA

Intervenção Supressiva

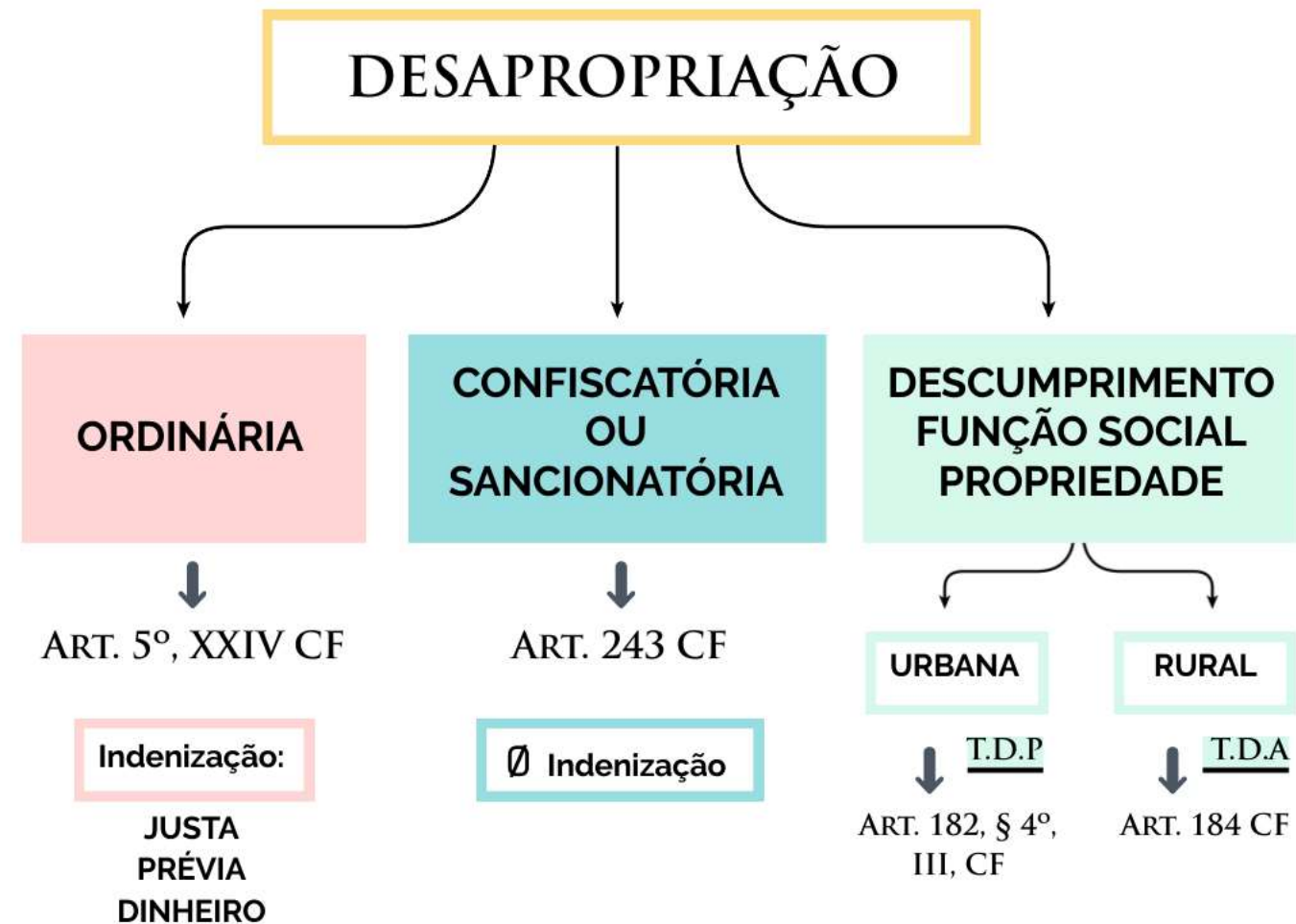
Particular + Administração

Servidão Administrativa
Ocupação Temporária
Requisição Administrativa
Limitações Administrativas
Tombamento

Intervenção Restritiva

Utilização pela Administração

Desapropriação



O poder público, com fundamento na Lei nº 8.987/1995, pretende conceder à iniciativa privada uma rodovia que liga dois grandes centros urbanos. O edital, publicado em maio de 2018, previu a duplicação das pistas e a obrigação de o futuro concessionário desapropriar os terrenos necessários à ampliação. Por se tratar de projeto antigo, o poder concedente já havia declarado, em janeiro de 2011, a utilidade pública das áreas a serem desapropriadas no âmbito do futuro contrato de concessão.

Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- A) O ônus das desapropriações necessárias à duplicação da rodovia não pode ser do futuro concessionário, mas sim do poder concedente.
- B) O poder concedente e o concessionário só poderão adentrar os terrenos necessários à ampliação da rodovia após a conclusão do processo de desapropriação.
- C) O decreto que reconheceu a utilidade pública dos terrenos caducou, sendo necessária a expedição de nova declaração.
- D) A declaração de utilidade pública pode ser emitida tanto pelo poder concedente quanto pelo concessionário.

Competência Declaratória: Entes Federativos e o Poder Legislativo (art. 2º, 6º e 8º do Decreto 3.365/41) Duas autarquias: DNIT e ANEEL;
Efeitos da declaração:

- Autorizar que Poder público ingresse no bem;
- Início do prazo de caducidade do Decreto expropriatório: Na desapropriação por utilidade pública, o Poder público tem um prazo de 5 anos para promover a desapropriação.
Se não realizar no prazo o haverá a caducidade do decreto, havendo a necessidade de publicar um novo Decreto após o prazo de 1 ano. (art. 3º da Lei 4.132/1962)

O Município Beta foi assolado por chuvas que provocaram o desabamento de várias encostas, que abalaram a estrutura de diversos imóveis, os quais ameaçam ruir, especialmente se não houver imediata limpeza dos terrenos comprometidos.

Diante do iminente perigo público a residências e à vida de pessoas, o Poder Público deve, prontamente, utilizar maquinário, que não consta de seu patrimônio, para realizar as medidas de contenção pertinentes.

Assinale a opção que indica a adequada modalidade de intervenção na propriedade privada para a utilização do maquinário necessário.

- A) Requisição administrativa.
- B) Tombamento.
- C) Desapropriação.
- D) Servidão administrativa.

A requisição administrativa é uma forma de limitação da propriedade privada e de intervenção estatal no domínio econômico, incidindo sobre bens ou serviços. Em situações específicas de calamidade ou perigo público iminente, o estado poderá usar de propriedade ou bem particular, assegurando ao proprietário indenização ulterior se houver dano.

Esta requisição encontra-se prevista no artigo 5º, XXV da Constituição Federal, vejamos:

*XXV – no caso de **iminente perigo público**, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;*

Como visto, a questão cita expressamente o **iminente perigo público**, indicando claramente a requisição como resposta.

PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E Lei 8.112/90

POLÍCIA

- APLICAR SANÇÕES AOS PARTICULARES EM GERAL
- LIMITAR DIREITOS, BENS, ATIVIDADES E PROPRIEDADE

HIERÁRQUICO

- COORDENAR, FISCALIZAR, DAR ORDENS SUBORDINAÇÃO e HIERARQUIA
- DELEGAÇÃO e AVOCAÇÃO

REGULAMENTAR

- EDIÇÃO DE DECRETO PARA FIEL EXECUÇÃO DA LEI
- MODO EXCEPCIONAL : DECRETO AUTÔNOMO

DISCIPLINAR

- APLICAR DE SANÇÕES AOS SERVIDORES PÚBLICOS
- E AOS PARTICULARES COM VÍNCULO COM O ESTADO

João foi aprovado em concurso público promovido pelo Estado Alfa para o cargo de analista de políticas públicas, tendo tomado posse no cargo, na classe inicial da respectiva carreira. Ocorre que João é uma pessoa proativa e teve, como gestor, excelentes experiências na iniciativa privada. Em razão disso, ele decidiu que não deveria cumprir os comandos determinados por agentes superiores na estrutura administrativa, porque ele as considerava contrárias ao princípio da eficiência, apesar de serem ordens legais.

A partir do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- A) João possui total liberdade de atuação, não se submetendo a comandos superiores, em decorrência do princípio da eficiência.
- B) A liberdade de atuação de João é pautada somente pelo princípio da legalidade, considerando que não existe escalonamento de competência no âmbito da Administração Pública.
- C) João tem dever de obediência às ordens legais de seus superiores, em razão da relação de subordinação decorrente do poder hierárquico.**
- D) As autoridades superiores somente podem realizar o controle finalístico das atividades de João, em razão da relação de vinculação estabelecida com os superiores hierárquicos.

Gabarito: C

Formas abuso de poder



IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Lei nº 8.429/92

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Art. 37, § 4º da CF/88:

- Suspensão dos Direitos Políticos
- Perda da Função Pública
- Indisponibilidades dos bens
- Ressarcimento ao Erário.

Ato de Improbidades **não tem natureza Penal** (sanções de natureza política, civil e administrativa)

Sujeito ativo: art. 3º da Lei 8.429/92 (Agente público ou Terceiro)

DICA IMPORTANTE:

Alguns **agentes políticos** não estão sujeitos a todas as sanções previstas na Lei 8.429/92, a saber:

O Presidente da República e Ministro de Estado.

Eles responderiam através da lei de crime de responsabilidade. (Lei n. 1.079/1950)

Os demais agentes políticos (governador e vice, prefeito e vice) estão sujeitos a todas as sanções da Lei n. 8.429/92.



O Ministério Público ajuizou ação civil pública por improbidade em desfavor de Felipe dos Santos, servidor público federal estável, com fulcro no Art. 10, inciso IV, da Lei nº 8429/92. O servidor teria facilitado a alienação de bens públicos a certa sociedade empresária, alienação essa que, efetivamente, causou lesão ao erário, sendo certo que, nos autos do processo, restou demonstrado que o agente público não agiu com dolo, mas com culpa. Com base na hipótese apresentada, assinale a opção que está em consonância com a legislação de regência.

- A) Felipe não pode sofrer as sanções da lei de improbidade, pois todas as hipóteses capituladas na lei exigem o dolo específico para a sua caracterização.
- B) É passível a caracterização da prática de ato de improbidade administrativa por Felipe, pois a modalidade culposa é admitida para a conduta a ele imputada.
- C) Não é cabível a caracterização de ato de improbidade por Felipe, na medida em que apenas os atos que atentam contra os princípios da Administração Pública admitem a modalidade culposa.
- D) Felipe não praticou ato de improbidade, pois apenas os atos que importam em enriquecimento ilícito admitem a modalidade culposa.

Para você responder esse questão você teria que lembra das modalidades de improbidade administrativa previstas nos arts. 9º, 10, 10-A e 11 da Lei n. 8.429/92.

O enunciado deixa bem claro que o servidor público federal praticou um ato de improbidade que causa dano ao erário previsto no art. 10, IV da Lei 8.429/92, a saber:

IV - permitir ou facilitar a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta lei, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço inferior ao de mercado;

Porém, afirma que o dano causado foi gerado por culpa do agente.

Art. 10, caput da Lei n. 8429/92 é bem claro que os atos de improbidade que causem dano ao erário podem ser decorrem de condutas **dolosa ou culposa**.

Então, Felipe pode sofre as sanções previstas no art. 12, II da Lei 8.429/92.

A União celebrou convênio com o Município Alfa para a implantação de um sistema de esgotamento sanitário. O Governo Federal repassou recursos ao ente local, ficando o município encarregado da licitação e da contratação da sociedade empresária responsável pelas obras. Após um certame conturbado, cercado de denúncias de favorecimento e conduzido sob a estreita supervisão do prefeito, sagrou-se vencedora a sociedade empresária Vale Tudo Ltda.

Em escutas telefônicas, devidamente autorizadas pelo Poder Judiciário, comprovou-se o direcionamento da licitação para favorecer a sociedade empresária Vale Tudo Ltda., que tem, como sócios, os filhos do prefeito do Município Alfa. Tendo sido feita perícia no orçamento, identificou-se superfaturamento no preço contratado.

Com base na situação narrada, assinale a afirmativa correta.

A) Não compete ao Tribunal de Contas da União fiscalizar o emprego dos recursos em questão, pois, a partir do momento em que ocorre a transferência de titularidade dos valores, encerra-se a jurisdição da Corte de Contas Federal.

B) O direcionamento da licitação constitui hipótese de frustração da licitude do certame, configurando ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública e, por isso, sujeita os agentes públicos somente à perda da função pública e ao pagamento de multa civil.

C) Apenas os agentes públicos estão sujeitos às ações de improbidade, de forma que terceiros, como é o caso da sociedade empresária Vale Tudo Ltda., não podem ser réus da ação judicial e, por consequência, imunes à eventual condenação ao ressarcimento do erário causado pelo superfaturamento.

D) Por se tratar de ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, os agentes públicos envolvidos e a sociedade empresária Vale Tudo Ltda. estão sujeitos ao integral ressarcimento do dano, sem prejuízo de outras medidas, como a proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais por um prazo determinado.

Improbidade administrativa são atos ilícitos praticados por agentes públicos ou por terceiros que viola os princípios da Administração Pública, em especial aqueles de cunho ético.

Atos de Improbidades **não tem natureza Penal** (sanções de natureza política, civil e administrativa)

MODALIDADES

- Atos que importam enriquecimento ilícito (Dolo) art. 9 da Lei n. 8429/92;
- Atos que importam prejuízo ao erário; (Dolo ou culpa) - art. 10 da Lei n. 8429/92;
- Atos de Improbidade Administrativa Decorrentes de Concessão ou Aplicação Indevida de Benefício Financeiro ou Tributário - art. 10-A da Lei n. 8429/92
- Atos que importam violação de princípios da Administração Pública. (Dolo) art. 11 da Lei n. 8429/92
Art. 37, § 4º da CF/88 estabelece que os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos Direitos Políticos, Perda da Função Pública; Indisponibilidades dos bens e Ressarcimento ao Erário na forma e na graduação prevista, ressalvada a ação penal cabível.

Raul e Alberto inscreveram-se para participar de um concorrido concurso público. Como Raul estava mais preparado, combinaram que ele faria a prova rapidamente e, logo após, deixaria as respostas na lixeira do banheiro para que Alberto pudesse ter acesso a elas. A fraude só veio a ser descoberta após o ingresso de Raul e de Alberto no cargo, fato que ensejou o afastamento deles. Após rígida investigação policial e administrativa, não foi identificada, na época do certame, a participação de agentes públicos no esquema.

Sobre os procedimentos de Raul e de Alberto, com base nas disposições da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a afirmativa correta.

- A) Eles enriqueceram ilicitamente graças aos salários recebidos e, por isso, devem responder por ato de improbidade administrativa.
- B) Eles causaram prejuízo ao erário, consistente nos salários pagos indevidamente e, por isso, devem responder por ato de improbidade administrativa.
- C) Eles frustraram a licitude de concurso público, atentando contra os princípios da Administração Pública, e, por isso, devem responder por ato de improbidade administrativa.
- D) Eles não praticaram ato de improbidade administrativa, pois, no momento em que ocorreu a fraude no concurso público, não houve a participação de agentes públicos.

A questão em tela trata-se dos atos de Improbidade Administrativo que **atentam contra os Princípios da Administração Pública** qualquer ação ou omissão que violem os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições

Nessa modalidade definida no art.11 da Lei n. 8.429/92 só poderá ser praticada com o envolvimento de um agente público, haja vista a tipificação do ato exigir a violação **dolosa dos** apenas dos princípios aplicáveis à Administração Pública que devem ser obedecidos pelos agentes públicos no exercício das suas funções.

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Espécies de Contratos Administrativos:

- Contratos de Obra pública;
 - Contratos de fornecimento de bens;
 - Contratos de prestação de serviços
- LEI N. 8.666/93
- Contratos de Concessão de Serviço público
 - Contratos de Concessão de Serviço Público Precedida de Obra pública
- Lei n. 8987/95

Parceria Público-Privada:

- Distribuição dos riscos;
 - Valor mínimo de 10 milhões reais
 - Prazo: 5 a 35 anos
 - Tipos: Administrativa e Patrocinada
- Lei n. 11.079/04

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Espécies de Contratos Administrativos:

- Consórcios Públicos
 - Ente federativos consorciados
 - Nova PJ para administrar
 - ✓ Direito Público (associação pública)
 - ✓ Direito Privado



LEI N.11.107/05

Cláusulas exorbitantes

- * Cláusulas Exorbitantes - art. 58 da Lei 8.666/93; (Prerrogativas e Privilégios concedidas a Administração Pública com base no princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado)
- **FISCALIZAÇÃO**
- **ALTERAÇÃO UNILATERAL**
- **RESCISÃO UNILATERAL**
- **APLICAÇÃO DE SANÇÕES**
- **OCUPAÇÃO PROVISÓRIA** * em serviços essenciais



Após a contratação, sob o regime de empreitada por preço unitário, da sociedade empresária Faz de Tudo Ltda. para a construção do novo edifício-sede de uma agência reguladora, a Administração verifica que os quantitativos constantes da planilha orçamentária da licitação – e replicados pela contratada – são insuficientes para executar o empreendimento tal como projetado. Por isso, será necessário aumentar as quantidades de alguns serviços. Em termos financeiros, o acréscimo será de 20% – que corresponde a R\$ 2.000.000,00 – em relação ao valor inicial atualizado do contrato.

Com base na situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- A) O acréscimo de serviços poderá ser combinado apenas verbalmente, não sendo necessária sua redução a termo.
- B) Por se tratar de cláusula exorbitante, mesmo que a sociedade empresária Faz de Tudo Ltda. não concorde com o acréscimo, a alteração poderá ser determinada unilateralmente pela Administração.
- C) O contratado só está obrigado a aceitar os acréscimos de até 15% (quinze por cento) em relação ao valor inicial atualizado do contrato; superado esse limite, a alteração só pode ocorrer com o consentimento da sociedade empresária Faz de Tudo Ltda.
- D) Diante da deficiência do projeto básico, a Administração deve obrigatoriamente anular o contrato após serem oportunizados o contraditório e a ampla defesa à sociedade empresária Faz de Tudo Ltda.

- A) **INCORRETA**. Os Contratos Administrativo são negócios jurídicos **formais**, por essa razão, devem ser formalizados por escrito, exigindo esse formalismo também para toda e qualquer alteração. Portanto, acréscimo de serviços não podem ser feito de forma verbal.
- B) **CORRETA**. A alteração unilateral do contrato é uma das Cláusulas exorbitantes estabelecidas no art. 58 da Lei 8.666/93.
- C) **INCORRETA**. O art. 65, §1º da Lei 8.666/93, estabelece que o contratado terá que aceitar, unilateralmente, os acréscimos de até **25% (vinte e cinco por cento)**
- D) **INCORRETA**. Anulação do Contrato Administrativo será aplicada em face de uma ilegalidade. A questão não mencionou a ocorrência de ilegalidades.

Uma sociedade empresária, contratada pelo Estado para a construção de um prédio público, atrasa a entrega de uma fase do projeto prevista no edital de licitação e no contrato. Apesar disso, tendo em vista a situação financeira precária da sociedade empresária, causada pelo aumento dos custos dos insumos da construção, consoante peticionado por ela à Administração, o gestor público competente promove o pagamento integral da parcela não adimplida à sociedade empresária.

Tendo em vista a situação acima, assinale a afirmativa correta.

- A) O pagamento feito pelo gestor é plenamente justificável em face da incidência na hipótese da teoria da imprevisão, que impõe ao Estado o ônus de recompor o equilíbrio econômico financeiro do contrato diante de fatos imprevisíveis.
- B) O gestor deveria ter instaurado processo administrativo para analisar a possibilidade de aplicação de sanção por inadimplemento e também a alegação da sociedade empresária de rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, sendo vedado a ele determinar o pagamento da despesa sem a devida liquidação.**
- C) O pagamento da parcela inadimplida seria justificável ainda que a sociedade empresária não comprovasse a imprevisibilidade do aumento de custos alegado, uma vez que o Estado assume o chamado risco ordinário derivado do aumento do custo dos insumos em decorrência das oscilações naturais do mercado.
- D) O pagamento incontigente da parcela inadimplida, tal como realizado pelo gestor, necessitaria ter sido feito com o abatimento da multa que deveria ter sido aplicada à sociedade empresária em razão do descumprimento contratual.

Dentre as prerrogativas conferidas a Administração Pública encontra-se a possibilidade de se aplicar sanções decorrentes de inexecução total ou parcial do contrato. A questão foi bem clara em afirma que a empresa contratada deixou de cumprir com as suas obrigações, fato que obriga ao Gestor abrir um processo administrativo para analisar a possibilidade de se aplicar sanção em decorrência do inadimplemento.

Outra premissa a ser considerada é a impossibilidade da Administração pagar por serviços não executados pela contratada, mesmo que ela alegue o rompimento do equilíbrio econômico financeiro.

Equilíbrio econômico financeiro do contrato: é a relação de adequação entre o objeto e o preço que foi estabelecida pelas partes no momento da celebração do contrato deve ser mantida durante a execução.

O principal efeito desse postulado é o de propiciar às partes a oportunidade de restabelecer o equilíbrio toda vez que de alguma forma mais profunda for ele rompido ou quando impossível o restabelecimento, ensejar a própria rescisão do contrato.

Direito Administrativo

**Sonhe...
Planeje...
Realize...**

GRATIDÃO.

Boa Prova!!!!

Prof^a. Flavia Caroline

 @fcarolamorim

